



Hypera S.A.  
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

## Relatório da Administração

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Hypera S.A. ("Companhia" ou "Hypera Pharma") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

### Mensagem da Diretoria

Em 2022, a Hypera Pharma deu continuidade à sua estratégia que combina crescimento orgânico e aquisições, com avanços importantes nessas duas frentes. Já no primeiro trimestre de 2022, a Companhia concluiu a compra importantes marcas da Sanofi no Brasil, incluindo as tradicionais AAS, AAS Protect, Naturettri, Cepacol e Hexomedine, fortalecendo sua liderança absoluta no segmento de *Consumer Health* e consolidando sua posição em Produtos de Prescrição.

Na frente orgânica, os esforços em inovação e marketing contribuíram para que o *sell-out* superasse o crescimento do mercado em 2,5 pontos percentuais, atingindo o patamar de 19,2% no ano, de acordo com o IQVIA. A Companhia registrou ainda ganhos de participação de mercado em todos os segmentos de atuação no varejo farmacêutico. Esse desempenho também está atrelado ao investimento realizado na capacidade de produção de suas subsidiárias.

Em Produtos de Prescrição e *Consumer Health*, o ganho de participação de mercado foi favorecido principalmente pelo crescimento das *Power Brands* Nesina, Predsim, Alivium, Rinosoro, Dramin, Benegrip e Engov. Em *Skincare*, o crescimento superior ao do mercado se deu sobretudo pelo desempenho dos lançamentos recentes e das extensões de linha das marcas Mantecorp Skincare, Simple Organic e Biogeo. Em Similares e Genéricos, o crescimento foi impulsionado pelas marcas Doralgina, Histamin, Neosoro, Vitaminas Neo Química e pelos lançamentos recentes de novas moléculas em genéricos.

Os investimentos para ampliar a atuação no Mercado Institucional permitiram que a Hypera Pharma atingisse em mais de 2,6 vezes a contribuição desse segmento para sua Receita Líquida. A Companhia e suas subsidiárias continuam investindo na construção de um novo centro de inovação, planta piloto e fábrica para melhor servir seus clientes desse mercado, que inclui hospitais e clínicas. Atualmente, a Companhia conta com pipeline de 87 novas moléculas para lançamento ao longo dos próximos anos.

A Companhia faz parte do Pacto Global da ONU e, em 2022, evoluiu de maneira significativa em sua atuação nos âmbitos ambiental, social e de governança corporativa. Destacam-se o apoio ao projeto Juntos pelo Araguaia, maior iniciativa de recuperação de uma bacia hidrográfica do mundo, bem como a instalação de um Comitê de Diversidade & Inclusão e de Grupos de Afinidade, além do lançamento de uma versão atualizada do seu Código de Conduta Ética. Como reconhecimento desse avanço em relação a temas ESG, as ações da Companhia foram incluídas em dezembro de 2022 de seis carteiras prévias do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da bolsa brasileira, passando efetivamente a compor a partir de janeiro de 2023 esse índice, que reúne as 70 empresas listadas na B3 com os melhores desempenhos em diferentes aspectos das sustentabilidade empresarial. Além disso, a Hypera Pharma aumentou sua pontuação no ranking ESG da Standard & Poor's (DJSI) em 21% e foi reconhecida no S&P Global Sustainability Yearbook. Mais informações sobre a atuação da Companhia e suas subsidiárias em relação a temas relacionados ao ambiente, pessoas, responsabilidade social e governança corporativa podem ser encontradas em nosso Relatório de Sustentabilidade, disponível em nosso site de Relações com Investidores <https://ri.hypera.com.br/>, incluindo dados quantitativos e discussões qualitativas sobre indicadores ESG relevantes.

### Principais Indicadores

A Receita Líquida alcançou R\$7.546,4 milhões em 2022, com crescimento de 27,1% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi superior ao *guidance* estabelecido pela Companhia para o ano e foi impulsionado principalmente pelo expressivo crescimento no Mercado Institucional, pela contribuição do portfólio de medicamentos adquirido da Sanofi no início do ano, aliado à expansão orgânica de 19,2% do *sell-out* em *Consumer Health*, Produtos de Prescrição, *Skincare* e Similares e Genéricos.

Em 2022, o crescimento orgânico do *sell-out* foi superior ao do mercado pelo segundo ano consecutivo e, dessa vez, em todas as unidades de negócio dedicadas ao varejo farmacêutico brasileiro.

O Lucro Bruto aumentou 25,2% em relação ao ano anterior, totalizando R\$4.761,5 milhões, com Margem Bruta de 63,1% da Receita Líquida, com redução de 0,9 ponto percentual em relação a 2021. Essa variação está relacionada principalmente ao aumento da participação de produtos do Mercado Institucional no mix de vendas.

Em 2022, o EBITDA dos Operações Continuadas alcançou R\$2.651,2 milhões, montante 26,1% superior a 2021, impulsionado principalmente pelo crescimento de 27,1% da Receita Líquida no período. Quando excluída a contribuição de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas, o EBITDA das Operações Continuadas alcançou R\$2.654,2 milhões, em linha com o *guidance* estipulado para o ano, com margem de 35,2%, ante 34,6% registrada em 2021. Em 2022, o Lucro Líquido das Operações Continuadas totalizou R\$1.706,5 milhões, em linha com o *guidance* estipulado para o ano, com aumento de 5,5% em relação a 2021. Esse desempenho refletiu principalmente o crescimento de 26,2% do EBIT das Operações Continuadas e o aumento de R\$547,9 milhões das Despesas Financeiras Líquidas nesse mesmo período.

O Fluxo de Caixa Operacional foi de R\$2.038,8 milhões em 2022, maior patamar já registrado pela Companhia, com crescimento de 45,7% em relação ao ano anterior. Já o Fluxo de Caixa Livre foi de R\$304,8 milhões no período, consistindo principalmente dos pagamentos pelas aquisições das marcas da Sanofi, líquido do recebimento pela venda do portfólio ex-Brasil, e do *know-how* e do site responsável pela produção da matéria-prima relacionada à escopolamina.

### Cenário Macroeconômico

A pandemia de Covid-19 continuou a representar um fator relevante para a economia mundial em 2022, porém o aumento da cobertura vacinal contribuiu para que o crescimento econômico se mantivesse no campo positivo no ano, tanto para a economia global, quanto para a economia brasileira. Em janeiro de 2023, o Banco Mundial estimava uma expansão de 2,9% da economia mundial em 2022, patamar semelhante ao estimado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) para o crescimento do PIB brasileiro para o ano. No Brasil, cerca de 85,1% da população total já tinha recebido a primeira dose, e 80,6% a segunda dose (ou dose única) da vacina contra a Covid-19 até o início de 2023, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde. Cerca de 50,5% da população brasileira também já havia tomado dose de reforço nesse mesmo período.

A economia mundial também foi afetada pela instabilidade geopolítica que resultou na guerra entre Rússia e Ucrânia, que acabou levando ao aumento da inflação em diversos países e, consequentemente, ao aumento das taxas de juros pelos bancos centrais globais, e também pelos *lockdowns* anunciados pela China em 2022 como parte da política "Covid Zero" que foi adotada pelo país, que geraram congestionamento nos portos e atrasos em exportações, afetando negativamente a cadeia de suprimentos global em diversos segmentos.

Esses fatores globais, combinados à polarização observada na corrida presidencial no Brasil, contribuíram para a volatilidade dos principais indicadores econômicos brasileiros. Revertendo tendência que já durava meia década, o dólar americano fechou em queda em relação ao real brasileiro, recuando 5,31% em relação a 2021 ao fechar o ano no patamar de R\$5,28. A valorização do real frente ao dólar e a redução da tributação sobre combustíveis e energia elétrica contribuíram para que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) recuasse para o patamar de 5,79% ao ano, ante 10,06% em 2021, mas não foram suficientes para reverter a sequência de altas da taxa básica de juros iniciada ainda em 2021 no país. Como resultado, a Selic encerrou 2022 a 13,75%, ante 9,25% registrado ao final de 2021.

As expectativas mais recentes que apontam para uma Selic menor ao final dos próximos 2 anos, os avanços esperados na condução das agendas econômica e fiscal pelo novo governo, o aumento do cuidado com a saúde e o envelhecimento populacional no Brasil trazem boas perspectivas para o crescimento do setor farmacêutico brasileiro em 2023.

### Perspectivas

Em setembro de 2022, o IQVIA projetava crescimento de 11,2% para o mercado farmacêutico brasileiro (incluindo os canais varejo e institucional) em 2023, seguido de expansões de 10,4%, 9,3% e 8,1%, respectivamente, para os anos de 2024, 2025 e 2026. Alguns fatores que contribuem para tais estimativas são o envelhecimento populacional, a recuperação econômica pós Covid-19, estabilização da demanda pós pandemia, redução da pressão inflacionária a partir de 2023 e crescimento da adoção de genéricos no canal varejo e de biossimilares no mercado institucional. Nas próximas décadas, o envelhecimento da população brasileira, cuja população acima de 60 anos deve representar quase 30% do total até 2050, segundo dados do IBGE, se destaca como um dos principais fatores que poderão contribuir positivamente para o crescimento do mercado farmacêutico brasileiro, uma vez que o consumo de medicamentos dessa faixa etária é maior que o de faixas etárias mais jovens.

Assim, após análise do cenário macroeconômico e da dinâmica dos mercados em que atua, a Companhia estabeleceu as seguintes projeções financeiras ("*guidances*") para o exercício de 2023:

- **Receita Líquida** ao redor de R\$8.600 milhões
- **EBITDA Ajustado das Operações Continuadas** ao redor de R\$3.050 milhões
- **Lucro Líquido das Operações Continuadas** ao redor de R\$1.850 milhões

O *guidance* referente ao EBITDA das Operações Continuadas não considerou saldo para a linha de "Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas", e o *guidance* de Lucro Líquido das Operações Continuadas considerou o cenário atual de taxa de juros esperado para 2023.

### Perfil e Unidades de Negócio

A Hypera Pharma é uma das maiores e mais diversificadas empresas farmacêuticas do Brasil e está presente em todos os segmentos relevantes do setor. Com posição de liderança em diversas categorias, oferece produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação e crescendo de forma sustentável, para que as pessoas vivam mais e melhor.

Com visão de futuro e inovação, a Hypera Pharma conta com um dos maiores e mais modernos centros de pesquisa farmacêutica do Brasil, na estrutura de sua subsidiária Brainfarm. O centro concentra uma equipe de profissionais altamente qualificados, incluindo mestres e doutores, para o desenvolvimento de medicamentos, dermocosméticos e produtos para a saúde, utilizando tecnologia de ponta para ser pioneira no lançamento de novos tratamentos no Brasil. Sediada em São Paulo e listada no Novo Mercado da B3 desde 2008, a Companhia atua nos seguintes segmentos de mercado:

**Consumer Health:** É líder no mercado de medicamentos de isentos de prescrição no Brasil, com marcas ícones e reconhecidas pelos brasileiros há décadas, incluindo Aprapur, Benegrip, Buscopan, Coristina D Pro, Engov, Epocler, Estomazi, Neosalidina, dentre outras. Atua também nos segmentos de nutricionais e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca Top of Mind por 19 anos consecutivos. É uma das maiores investidoras de mídia do Brasil, com dezenas de campanhas publicitárias a cada ano em meios tradicionais e digitais.

**Produtos de Prescrição:** Com a Mantecorp Farmasa, a Companhia se consolidou entre as marcas líderes do mercado farmacêutico brasileiro de prescrição, com um portfólio diversificado de produtos e apresentações no segmento de *Primary Care*. Possui medicamentos altamente reconhecidos e recomendados pela comunidade médica, com marcas ícones como Adda, D3, Alekto, Dramin, Nesina, Predsim, Maxsulid e Celestamie (na linha RX), e Alivium, Colflex, Rinosoro e Oflato (na linha OTX). Nesse segmento, combina inovação com foco na comunidade médica em diversas especialidades terapêuticas, para garantir novas opções de tratamento para a população brasileira, e atua por meio uma equipe de mais de mil representantes médicos em todo o Brasil.

**Similares e Genéricos:** Ao longo de mais de 60 anos de história, a Neo Química se consolidou como uma das principais marcas de medicamentos do setor farmacêutico brasileiro. Em seu portfólio de mais de 300 produtos, entre genéricos e similares, figuram alguns dos medicamentos mais vendidos do Brasil<sup>1</sup>, estando presentes em mais de 90% das farmácias do país<sup>2</sup>. Sob a assinatura "Sua saúde é a nossa vocação", a marca ampliou o conceito de saúde indo além da ausência de doenças e do uso de medicamentos, focando também na prevenção, no cuidado e no bem-estar físico, mental e social. Por meio de incentivos a projetos e equipes esportivas, a Neo Química acredita também no esporte como forma de promoção da saúde e bem-estar.

**Skincare:** Com mais de 40 anos no mercado dermatológico, a Mantecorp Skincare entende as necessidades da pele brasileira e desenvolve produtos com eficácia comprovada e experiência sensorial única, com função de proteger, recuperar e melhorar a saúde da pele. A marca, mais prescrita pelos dermatologistas, segundo a *Close-up*, conta com mais de 50 produtos e diversos projetos em desenvolvimento. Assim, firma-se no DNA da dermatologia nacional pelo compromisso em comprovações científicas por meio dos mais avançados testes e estudos clínicos, garantindo eficácia e segurança de seus produtos e levando confiabilidade para pacientes, consumidores e comunidade médica.

**Merçado Institucional:** a Hypera Pharma iniciou em 2021 sua atuação de maneira efetiva nesse segmento - voltado para hospital e clínicas. Em 2022, esse segmento aumentou sua contribuição para a Receita Líquida da Companhia, sobretudo com comercialização de imunoglobulina e o crescimento de seu portfólio atual de produtos. A Companhia investe para desenvolver um portfólio focado em Oncologia, Especialidades e Biotécnicos para crescimento sustentável nessa área.

1. *PMB IQVIA FY 2020 LUND*

2. *\* Estudo especial IQVIA dezembro 2022*

### Portfólio & Inovação

Os investimentos totais da Hypera Pharma e suas subsidiárias em Pesquisa e Desenvolvimento, incluindo o montante capitalizado como ativo intangível, somaram R\$516,7 milhões em 2022 e superaram o patamar de R\$1,6 bilhão investidos em inovação desde 2018, quando a Companhia passou a concentrar suas operações exclusivamente no mercado farmacêutico brasileiro. No ano, o índice de inovação da Companhia - correspondente ao percentual da receita líquida derivado da venda de produtos lançados nos últimos cinco anos - foi de 22%.

Em 2022, a Hypera Pharma se tornou a primeira grande indústria farmacêutica brasileira a ingressar no mercado de canabidiol no país, com o lançamento de medicamentos à base de canabidiol *full spectrum*. Em **Produtos de Prescrição**, também lançou o Picbam, primeiro medicamento à base de apixabana lançado no mercado brasileiro após queda de patente para a prevenção de trombose venosa; o Ondif, para o mercado de prevenção e tratamento de náuseas; o Aviv, indicado para o tratamento de Transtorno Depressivo Maior (TDM); e o contraceptivo patentado livre de estrogênio Ammy, que marcou a entrada da Companhia na principal categoria do mercado de saúde feminina do Brasil.

A Companhia vem reforçando sua participação no segmento de medicamentos crônicos, com diversos lançamentos relevantes, como Oflato SR, suplemento alimentar à base de L-Metilfolato de cálcio associado à vitamina B6, vitamina B9, vitamina B12 e vitamina D; e o fitoterápico à base de *curcuma Curc*.

Em **Consumer Health**, a Companhia promoveu em 2022 Engov After, Neosalidina e Vitasay, três de suas principais marcas de *Consumer Health*, no maior programa de entretenimento do Brasil, o Big Brother Brasil. As ações customizadas ao programa e à sua audiência impulsionaram as vendas dessas marcas, impactaram mais de 100 milhões de pessoas e geraram mais de 24 mil interações nas redes sociais da Companhia. Entre os lançamentos, os principais destaques foram a Neosalidina Dip, extensão de linha da marca líder no combate à enxaqueca Neosalidina, adquirida da Takeda em 2021; Epocler Todo Dia, primeira extensão de linha da Power Brand Epocler; Merthiolate Cicatrix, extensão de linha de marca Merthiolate para reparação e renovação da pele sensibilizada; e o adesivo térmico para alívio da cólica Buscoferm Hot, primeira extensão de linha da marca Buscoferm lançada desde a conclusão da aquisição em 2020.

A unidade de **Skincare** realizou importantes extensões de linha nas categorias de proteção solar e antiidade da Mantecorp Skincare, marca mais prescrita pelos dermatologistas no Brasil. Os principais destaques foram o Episol Aqoua e o Episol Smart Color, extensões de linha do protetor solar Episol com base aquosa, e a nova linha para tratamento da pele PPoeta by Biogeo assinada pela Patrícia Poeta.

Em **Similares e Genéricos**, os destaques foram a Bilastina, genérico da marca Alekto, o Pantoprazol, a Desvenlafaxina, Paroxetina, Minoxidil, e Montelukaste, além da Apixabana e Ondansetrona, contribuindo para o aumento da cobertura de moléculas em genéricos. Em Similares, os destaques são o lançamento Desfrinete e o crescimento da Power Brand Neosoro e das Vitaminas Neo Química.

A Hypera Pharma avançou em sua estratégia para o **Merçado Institucional**, comercializou os seus primeiros lotes de imunoglobulina em 2022, e também lançou os antibióticos Cepelima, Cefuroxima e Bac-Sulfrin.

### Investimentos

Em 2022, a Companhia e suas subsidiárias investiram cerca de R\$3,0 bilhões para a expansão de sua presença no setor farmacêutico brasileiro, pavimentando o caminho para disputar a liderança nesse mercado. Esse montante engloba valores aplicados em mídia, ponto de venda e visitação médica, investimentos em aquisições, pesquisa e desenvolvimento e no complexo fabril de Anápolis, com destaque para a nova fábrica de injetáveis da Brainfarm. Houve avanços também na criação de um novo centro de inovação, planta piloto e fábrica de produtos oncológicos para suportar a expansão da Companhia no Mercado Institucional.

No segundo semestre, a Companhia anunciou a aquisição do *know-how* e do site responsável pela produção da matéria-prima relacionada à escopolamina, garantindo autonomia no abastecimento do principal insumo para produção da Power Brand Buscopan, referência no mercado farmacêutico brasileiro de produtos isentos de prescrição (OTC).

### Aquisições e Desinvestimentos

Com longo histórico de crescimento via aquisições, a Companhia anunciou, em 13 de julho de 2021, a aquisição de importantes marcas de medicamentos isentos de prescrição e de prescrição da Sanofi no Brasil, México e Colômbia, e seus respectivos registros - incluindo o analgésico AAS, o fitoterápico Naturettri e o antisséptico Cepacol - pelo valor de USD190,3 milhões. A transação foi concluída em 31 de março de 2022; na mesma data e imediatamente após o fechamento desse negócio, a Companhia vendeu à Eurofarma Laboratórios S.A. a porção desse portfólio fora do país, por USD51,6 milhões.

Em 1<sup>o</sup> de setembro de 2022, a Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica, subsidiária da Mantecorp Participações S.A., uma controladora da Companhia, concluiu transação anunciada pela Companhia em 10 de maio de 2022, com a Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. para aquisição de sociedade responsável pela produção e *know-how* da matéria-prima escopolamina, princípio ativo do medicamento Buscopan, pelo valor de aproximadamente R\$200,3 milhões.

### Emissão de Debêntures

Em 04 de fevereiro de 2022, foi efetuada a emissão de 500.000 debêntures não conversíveis da 12<sup>a</sup> emissão pública, série única, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com preço unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) e juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,50% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcela única em 04 de fevereiro de 2027. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para reforço de caixa para atender aos negócios de gestão ordinária e investimentos da Companhia.

Em 10 de agosto de 2022, foi efetuada a emissão de 750.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da 13<sup>a</sup> emissão pública, em três séries amortizadas em parcela única, da espécie quirografária, para colocação privada, no valor total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), com garantia firme de colocação, pelo preço unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). A 1<sup>a</sup> série, no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), tem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 0,75% ao ano e prazo de vencimento de cinco anos da data de emissão, com vencimento em 16 de agosto de 2027; a 2<sup>a</sup> série, no montante de R\$397.641.000,00, atualizados monetariamente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBPCA), tem juros remuneratórios correspondentes a 6,2790% ao ano e vencimento em 15 de agosto de 2029; a 3<sup>a</sup> série, no montante de R\$152.359.000,00, atualizados monetariamente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBPCA), tem juros remuneratórios correspondentes a 6,4451% ao ano e vencimento em 15 de agosto de 2032. O montante obtido serviu de lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários das 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> séries da 59<sup>a</sup> Emissão da True Securitizadora S.A.

Em 23 de dezembro de 2022, foi efetuada a emissão de 750.000 debêntures não conversíveis da 14<sup>a</sup> emissão pública, primeira e segunda série, no valor total de R\$ 750.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,35% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado por duas parcelas, em 23 de dezembro de 2026 e 23 de dezembro de 2027. Os recursos obtidos por meio dessas emissões serão destinados para reforço de caixa para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia e suas subsidiárias.

### Gestão de Pessoas

Em 2022, a Hypera Pharma foi destaque no Prêmio Think Work Flash Innovations, com o selo RH Inovador recebido pela área de Gente&Gestão, e o Programa PLIN - Programa Livre para Novas Ideias, lançado em 2021, ficou entre os três melhores projetos de Cultura Organizacional na premiação. Reforçando o pilar de Pessoas, a Companhia implementou diversas iniciativas na área de Gente&Gestão para promover a saúde e bem-estar dos colaboradores, dentre elas os programas: Parar de Fumar Tem Valor, que oferece apoio médico e psicológico para os colaboradores que desejarem parar de fumar; Recomeço Tem Valor, de combate à dependência química; e Saúde

Financeira Tem Valor, consultoria especializada em dar suporte e conhecimento para a elaboração de orçamento familiar.

Além disso, para reforçar a cultura de aprendizagem foram lançadas mais duas plataformas de desenvolvimento - a Escola do Futuro, que apresenta tendências, conhecimentos e habilidades necessárias para o futuro; e a Escola de Negócios, espaço de aprendizagem de habilidade e conhecimento necessárias para o negócio. A Escola de Líderes, lançada em 2021, continua desenvolvendo a gestão de pessoas dos líderes da Companhia.

Em 2022, a Companhia instalou seu Comitê de Diversidade & Inclusão, para propor e implementar iniciativas para fomentar sua evolução em relação a quatro pilares: Gênero, Raça/Etnia, LGBTQIA+ e Pessoas com Deficiência. Além disso, a Companhia também convocou grupos de afinidade para discussão de experiências e proposta de ações em torno desses pilares, com aproximadamente 200 pessoas inscritas.

A Companhia ainda mantém em Anápolis (GO), o CDI - Centro de Desenvolvimento Infantil, creche para filhos e filhas de colaboradoras, com idade entre 4 meses e 5 anos e 11 meses. Ali são desenvolvidas práticas educativas, organizadas de forma que a criança adquira gradativamente independência e autonomia, específicas para cada faixa etária.

### Mercado de Capitais

As ações de emissão da Hypera Pharma são negociadas sob o símbolo HYPE3 no Novo Mercado da B3 - segmento da bolsa brasileira que congrega as companhias abertas com os mais elevados padrões de governança corporativa no Brasil.

Ao final de 2022, o total de ações de emissão da Companhia era de 633.420.823 ações ordinárias, das quais 63,5% estavam em livre circulação no mercado. As ações HYPE3 encerraram o ano cotadas a R\$45,20, ante R\$28,27 ao final de 2021, registrando alta de 59,9%. No mesmo período, o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, avançou 4,69%, encerrando o ano em 109.734,6 pontos.

A Companhia possui também um Programa de ADRs (American Depositary Receipts) nível I, com títulos negociados em mercados de balcão não-organizado nos Estados Unidos.

### Dividendos

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras da controladora e após a constituição das reservas previstas em lei. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações de emissão da Companhia e irá depender de diversos fatores, dentre eles, resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros eventuais elementos que o Conselho de Administração e os acionistas julgarem relevantes.

Em janeiro de 2022, a Hypera Pharma distribuiu um montante total de aproximadamente R\$779,0 milhões a acionistas sob forma de juros sobre o capital próprio (JCP), referentes ao exercício de 2021.

A tabela a seguir indica o histórico de pagamentos de dividendos nos últimos três exercícios sociais:

	2020	2021	2022
<b>Dividendos totais (R\$ milhões)</b>	675,3	742,0	779,0
<b>Dividendo por ação (R\$)</b>	1,07	1,17	1,23

### Pilar Social

A Hypera Pharma tem "Responsabilidade Social" como um dos principais pilares de sua atuação corporativa, investindo em projetos sociais alinhados a seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários: Saúde e Bem-Estar (ODS 3), Água Potável e Saneamento (ODS 6) e Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9). A seguir, estão listadas as principais iniciativas da Companhia e suas subsidiárias realizadas com e para seus colaboradores e a comunidade do entorno de suas operações.

- **Voluntariado:**
  - *Receita do Bem:* A Companhia possui programa de voluntariado corporativo, com iniciativas relacionadas a temas de Saúde. Em 2022, o projeto realizou 22 atividades voluntárias, envolvendo diversos colaboradores em mais de 200 horas de voluntariado, e beneficiando pessoas em lares de pessoas idosas, escolas públicas, ONGs, hospitais e abrigos de crianças.
  - *Mulirão da Saúde:* Ao longo do ano, a Hypera Pharma realizou três mulirões da saúde em parceria com o Horas da Vida, garantido acesso à saúde e medicamentos de qualidade para pessoas em vulnerabilidade social, nos estados de São Paulo e Goiás.
  - *Mulirão Saúde da Mulher:* com patrocínio da Mantecorp Skincare, o evento proporcionou atendimento dermatológico para aproximadamente 80 mulheres, com entrega de kits de produtos pra cuidado e proteção da pele.
  - *Mulirão da Saúde em Goiás:* na cidade de Anápolis, a iniciativa levou atendimento médico para mais de 150 pessoas, crianças e idosos, e mais de 600 beneficiados indiretos com a entrega de cestas básicas.
  - *Mulirão Saúde da Criança:* retornando ao Projeto Casulo com foco na primeira infância, foram atendidas quase 200 crianças, adolescentes e seus responsáveis, com orientações nutricionais, dentistas e pediatras.
- **Instituto Heleninha:** A Companhia promoveu entre seus colaboradores mais uma edição da campanha para doação de sacolas de Natal em parceria com o instituto, que oferece transporte gratuito para crianças e adolescente em tratamento contra o câncer. Em 2022, foram doadas aproximadamente 120 sacolinhas e mais de 100 cestas de natal à instituição.
- **Dia das Crianças:** Em apoio a campanha do mês das Crianças, a Hypera Pharma realizou uma ação social com quatro instituições, em cinco cidades do país. Foram distribuídos livros e kits com telas e itens de pintura para cerca de 140 crianças, além de promover um webinar de contação de histórias.
- **Mantecorp Skincare:** Além do Mulirão Saúde da Mulher, a marca Mantecorp Skincare apoiou a campanha Outubro Rosa do Instituto ABIHPEC com a doação de mais de 2 mil unidades de produtos a serem utilizados no projeto De Bem com Vcô - A Beleza contra o Câncer, e apresentou 12 participantes da oficina de maquiagem com um kit de hidratantes e foto protetores. Durante o Dezembro Laranja, a marca esteve com a Beneficência Portuguesa e doou mais de 200 unidades para a ação do hospital.
- **Instituto Horas da Vida:** *Mantecorp Farmasa* e *Mantecorp Skincare* são mantenedoras da instituição, que estrutura uma rede de voluntariado com médicos, com foco em tratamentos de baixa complexidade.

### Pilar Ambiental

Em 2022, a Hypera Pharma deu continuidade ao Projeto Juntos pelo Araguaia, maior programa de recuperação de uma bacia hidrográfica no mundo, em parceria com o Instituto Espinhaço e a Secretaria Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (Semad-GO). O Projeto recebeu o Troféu Sereima 2022 do CREA-GO, na categoria Biodiversidade; foi premiado durante a Semana do Meio Ambiente pelo Governo de Goiás, com o Prêmio Goiás Sustentável 2022; e, na estreia da categoria Melhor Projeto ESG do Prêmio Lupa de Ouro, a iniciativa foi reconhecida com a segunda colocação.

No total, a Hypera Pharma vai investir R\$11 milhões, no decorrer de três anos, para a implementação do Lote II do Programa, que representa 230 hectares com Restauração Florestal, Conservação de Solo e Engajamento Social Integrado.

Ao longo de 2022, o Comitê de Eficiência de Recursos Naturais (COMEF), criado em 2021 para promoção do uso eficiente de recursos naturais, desenvolveu ações e projetos que otimizar os índices de eficiência de água e de geração de resíduos na Companhia e suas subsidiárias.

Em função da transparência da Companhia em relação a emissão de gases estufa, as ações HYPE3 integram a carteira do IC02, Índice Carbono Eficiente, da B3. Em 2022, a pontuação da Companhia no CDP (Carbon Disclosure Project) aumentou de "C" para "B", colocando-a em posição superior à média global do setor farmacêutico.

### Câmara de Arbitragem

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as disputas e controvérsias decorrentes de ou relacionadas ao Estado Social, ao Regulamento do Novo Mercado, às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, aos Regulamentos da B3 e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3.

### Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 informamos que, no exercício de 2022, a Companhia contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa, referentes a serviço emissão de certificado relacionado ao processo de importação do Projeto AOE da controlada Brainfarm, e também de emissão de relatório de auditoria limitada de dados do relatório de sustentabilidade do exercício de 2021 da Companhia. A remuneração total por tais serviços foi de R\$147 mil, ou 5,7% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa. Os auditores independentes declararam à Administração que não possuem aspectos de independência que pudessem afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

HYPERA S.A.  
São Paulo, 16 de fevereiro de 2023





## Demonstrações FINANCEIRAS 2022

→ continuação

### Balancos Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	2.597.837	2.121.253	2.862.473	2.287.062
Contas a receber (Nota 11)	2.501.327	2.017.241	2.531.789	2.039.474
Estoques (Nota 12)	445.753	324.986	2.195.982	1.303.480
Tributos a recuperar (Nota 13)	378.774	458.559	532.564	597.195
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4(f))	-	15.360	10.303	29.305
Dividendos propostos a receber	68.733	13.159	9.551	2.769
Outros ativos (Nota 14)	277.200	181.510	391.058	232.348
	6.269.624	5.132.068	8.530.120	6.491.633
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23(a))	558.784	312.530	603.170	355.115
Tributos a recuperar (Nota 13)	284.836	433.969	344.013	492.676
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4(f))	24.087	-	24.125	-
Outros ativos (Nota 14)	165.844	219.862	188.109	249.619
	1.033.551	966.361	1.159.417	1.097.410
Ativos Biológicos	-	-	4.799	-
Investimentos (Nota 16)	5.038.461	3.850.259	131.717	111.001
Propriedades para investimentos (Nota 17)	19.568	25.616	19.568	25.616
Imobilizado (Nota 18)	218.965	179.767	2.814.540	2.095.140
Intangível (Nota 19)	10.036.185	9.317.706	11.095.922	9.997.162
	15.330.179	13.373.348	14.066.096	12.228.919
	16.363.730	14.339.709	15.225.513	13.326.329
<b>Total do ativo</b>	<b>22.633.354</b>	<b>19.471.777</b>	<b>23.755.633</b>	<b>19.817.962</b>

### Passivo e patrimônio líquido

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>				
Fornecedores (Nota 20)	755.614	878.489	421.501	327.133
Cessão de crédito (Nota 21)	39.124	7.625	888.150	463.627
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	2.224.673	557.077	2.230.678	565.648
Salários a pagar	249.674	178.762	378.933	284.290
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	6.389	984
Tributos a recolher (Nota 24)	21.003	19.251	70.861	68.865
Títulos a pagar	68.079	36.840	68.079	36.840
Dividendos e JCP a pagar	677.773	704.808	677.773	704.808
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4(f))	47.637	27.612	51.591	47.634
Outros passivos (Nota 25)	295.783	163.102	431.239	276.647
	4.373.070	2.573.566	5.225.194	2.776.526
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	7.376.443	6.789.877	7.376.881	6.795.339
Tributos a recolher (Nota 24)	763	1.762	4.179	12.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23(b))	-	-	206.378	73.993
Provisões para contingências (Nota 26)	139.387	166.711	153.256	193.494
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4(f))	-	24.552	7	24.552
Títulos a pagar	5.331	8.544	5.331	8.544
Outros passivos (Nota 25)	92.600	90.174	128.966	85.548
	7.614.524	7.071.920	7.874.938	7.207.995
	11.987.594	9.645.186	13.100.192	9.984.491
<b>Total do passivo</b>	<b>11.987.594</b>	<b>9.645.186</b>	<b>13.100.192</b>	<b>9.984.491</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social (Nota 27(a))	4.478.126	4.478.126	4.478.126	4.478.126
Reservas de capital	1.232.710	1.251.417	1.232.710	1.251.417
Ajustes de avaliação patrimonial	(244.191)	(181.839)	(244.191)	(181.839)
Reservas de lucros	5.266.249	4.360.237	5.266.249	4.360.237
Ações em tesouraria	(87.134)	(81.350)	(87.134)	(81.350)
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>10.645.760</b>	<b>9.826.591</b>	<b>10.645.760</b>	<b>9.826.591</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	9.691	6.880
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>10.645.760</b>	<b>9.826.591</b>	<b>10.655.441</b>	<b>9.833.471</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>22.633.354</b>	<b>19.471.777</b>	<b>23.755.633</b>	<b>19.817.962</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

Em 1º de janeiro de 2021	Reservas de capital				Reservas de lucros				Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido	
	Ágio na emissão de ações	Opções de compra de ações	Debêntures Opção bônus	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de subvenção governamental	Reserva de retenção de lucros				Lucros acumulados
4.478.126	1.119.797	96.340	50.244	(278)	(336.724)	180.592	3.426.232	226.386	-	9.240.715		
Ajuste de provisão de devolução por estimativa, líquida de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.091)	(24.091)		
Opção de compra de ações	-	13.938	-	-	-	-	-	-	-	13.938		
Ganhos ou perdas de participação em coligadas/controladas	-	-	-	-	(75)	-	-	-	-	(75)		
Reversão nas vendas de ações em tesouraria	(28.902)	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.902)		
Aquisição de ações (Nota 27(d))	-	-	-	(128.666)	-	-	-	-	-	(128.666)		
Alienções de ações (Nota 27(d))	-	-	-	47.594	-	-	-	-	-	47.594		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.330.208	1.330.208		
Constituição de reservas de subvenção (Nota 27(f))	-	-	-	-	-	567.097	-	(567.097)	-	-		
Juros sobre capital próprio (Nota 27(ii))	-	-	-	-	-	-	-	(779.090)	(779.090)	(779.090)		
Reversão reserva para Orçamento de Capital (Nota 27(ii))	-	-	-	-	-	-	-	(40.070)	40.070	-		
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.880		
<b>Outros resultados abrangentes</b>										6.880		
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	154.960	-	-	-	-	154.960		
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.478.126</b>	<b>1.090.895</b>	<b>110.278</b>	<b>50.244</b>	<b>(81.350)</b>	<b>(181.839)</b>	<b>180.592</b>	<b>3.993.329</b>	<b>186.316</b>	<b>9.826.591</b>		
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>4.478.126</b>	<b>1.090.895</b>	<b>110.278</b>	<b>50.244</b>	<b>(81.350)</b>	<b>(181.839)</b>	<b>180.592</b>	<b>3.993.329</b>	<b>186.316</b>	<b>9.826.591</b>		
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.595)	(11.595)		
Opção de compra de ações	-	22.628	-	-	-	-	-	-	-	22.628		
Resultado nas vendas de ações em tesouraria	(41.335)	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.335)		
Aquisições de ações (Nota 27(d))	-	-	-	(131.673)	-	-	-	-	-	(131.673)		
Alienções de ações (Nota 27(d))	-	-	-	125.889	-	-	-	-	-	125.889		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.696.697	1.696.697		
Constituição de reservas de subvenção (Nota 27(f))	-	-	-	-	-	956.971	-	(956.971)	-	-		
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(779.090)	(779.090)	(779.090)		
Reversão reserva para Orçamento de Capital (Nota 27(ii))	-	-	-	-	-	-	-	(50.959)	50.959	-		
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.099		
<b>Outros resultados abrangentes</b>										1.099		
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	(62.352)	-	-	-	-	(62.352)		
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.478.126</b>	<b>1.049.560</b>	<b>132.906</b>	<b>50.244</b>	<b>(87.134)</b>	<b>(244.191)</b>	<b>180.592</b>	<b>4.950.300</b>	<b>135.357</b>	<b>10.645.760</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1 Informações gerais

A Hypera S.A. ("Companhia"), com sede em São Paulo-SP, é uma companhia farmacêutica brasileira que detém posição de liderança em diversos mercados em que está presente e tem como Missão "dar acesso à saúde para a população brasileira, oferecendo produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação para crescer de forma sustentável para as pessoas vivam mais e melhor". Principais produtos: a) Com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmas, a Companhia atua em diversas especialidades médicas no segmento de Primary Care (Cuidados Básicos), estando presente em 24 das 30 maiores classes terapêuticas do país<sup>1</sup> com produtos como Adderra D-GO, Nesina, Dramin, Alivium, Predsim, Lisador e Rinosoro; b) Com Mantecorp Skincare, oferece dermocosméticos recomendados por dermatologistas em todo o Brasil, segundo informações da Close-Up International. Atua nesse segmento também com as marcas Simple Organic, de produtos orgânicos, veganos e isentos de crueldade animal, e Bioage, focada no mercado de tratamentos estéticos profissionais; c) A Companhia é líder no mercado de medicamentos isentos de prescrição no Brasil<sup>2</sup> com marcas como Apracur, Benegrip, Buscopan, Coristina D, Engov, Epopler, Estomazil, Neosalidina, dentre outras. Atua também nos mercados de nutricionais, adocantes e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Vitasay, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca Top of Mind há 19 anos no Brasil, segundo o Datafolha; d) A Companhia é vice-líder, com a marca Neo Química, no mercado de medicamentos Similares e Genéricos no Brasil<sup>3</sup>. A marca chega a 97% dos pontos de venda do mercado farmacêutico brasileiro<sup>4</sup>, em linha com a Missão da Companhia de promover acesso à saúde para a população. Com longo histórico de crescimento via aquisições, a Companhia anunciou, em 13 de julho de 2021, a aquisição de 12 marcas de medicamentos isentos de prescrição e de prescrição da Sanofi no Brasil, México e Colômbia, e seus respectivos registros - incluindo o analgésico AAS, o fitoterápico Naturreti e o antisséptico Cepacol - pelo valor de USD190,3 milhões. A transação foi concluída em 31 de março de 2022; na mesma data e imediatamente após o fechamento desta aquisição, a Companhia vendeu à Eurofarma Laboratórios S.A. a porção desse portfólio fora do país, por USD51,6 milhões, adquirindo efetivamente 10 marcas isentas de prescrição e de prescrição estabelecidas no Brasil. Em 1º de setembro de 2022, a Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A., subsidiária da Mantecorp Participações S.A., uma controlada da Companhia, concluiu transação com a Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. para aquisição de sociedade responsável pela produção e know-how da matéria-prima escopolamina, princípio ativo do medicamento Buscopan, pelo valor total de R\$200,3 milhões, conforme anunciado pela Companhia em 10 de maio de 2022 (Nota 17 (c)). A produção de mercadorias é realizada sobretudo nas controladas Brarama Indústria Química e de Medicamentos S.A. ("Brarama") e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. ("Cosmed"), em unidades situadas no Estado de Goiás. Seu principal centro de distribuição está localizado em Anápolis-GO. As atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos, dermocosméticos e nutricionais estão concentradas no centro de inovação da controlada Brarama em Barueri-SP. Em operação desde 2017, estas instalações abrigam tecnologias para desenvolvimento de produtos em diversas formas farmacêuticas, nos seis laboratórios que integram o complexo. A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional. Seus produtos são distribuídos em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores e atacadistas.

<sup>1</sup> Dados IQVIA  
<sup>2</sup> Considerando classificação CT Nível 2

#### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado ou do resultado abrangente. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2023. **a. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*) (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **b. Operações descontinuadas:** As operações decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas, são divulgadas nas demonstrações do resultado, separado do restante das operações da Companhia, como segue: (i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo o ajuste no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. (ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 15. **c. Novas Normas e Interpretações:** (a) **Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: **• Alteração ao IAS 16/ CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **• Alteração ao IAS 37/ CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **• Alteração ao IFRS 3/ CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **• Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/ CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/ CPC 37 "Adopção Inicial das

Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/ CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IRCS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impacto material para a Companhia. (b) **Alterações de normas novas não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada ao IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou o termo de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de políticas contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **d. Contabilidade de hedge:** A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requisitos de equilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IAS 9, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não financeiro quando este for reconhecido. **2.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 16). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Companhia possui investimentos em coligadas, e em empreendimentos controlados em conjunto que não são consolidados mas sim



★ continuação

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apresentadas em Reais - R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são contabilizadas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da liquidação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.6. Classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas no balanço patrimonial quando a Companhia tem intenção de comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

**a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de *hedge* que visam a cobertura dos riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos.

**2.1. Competição de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são comparados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador, não reconheça o direito de concessão de uma perda por *impairment* reconhecida anteriormente; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; Ou, o montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa atual efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do exercício no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de caixa:** Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no resultado abrangente dentro do Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas na rubrica de longo prazo. As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.9. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas e, no consolidado, líquido das eliminação de lucros não realizados nos estoques. **2.10. Propriedade para investimentos:** A propriedade para investimentos é mensurada pelo método de custo depreciado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme média abaixo:

Edificações	Anos
33,6	33,6
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. <b>2.11. Imobilizado:</b> Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado somente, quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:	
Edificações	Anos
Máquinas e equipamentos	33,0
Veículos	4,6
Móveis e utensílios	19,5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinadas pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. <b>2.12. Intangíveis: a. Ágio:</b> O ágio ( <i>goodwill</i> ) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas ( <i>impairment</i> ) adicionalmente quando indicadores de perda no valor recuperável são identificados. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por <i>impairment</i> . Perdas por <i>impairment</i> reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas de alienação de uma entidade não incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. <b>b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:</b> As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado. Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:	
Edificações	Anos
Máquinas e equipamentos	33,0
Veículos	4,6
Móveis e utensílios	19,5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinadas pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. <b>2.12. Intangíveis: a. Ágio:</b> O ágio ( <i>goodwill</i> ) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas ( <i>impairment</i> ) adicionalmente quando indicadores de perda no valor recuperável são identificados. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por <i>impairment</i> . Perdas por <i>impairment</i> reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas de alienação de uma entidade não incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. <b>b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:</b> As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado. Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:	

Edificações	Anos
Máquinas e equipamentos	33,0
Veículos	4,6
Móveis e utensílios	19,5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinadas pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. <b>2.12. Intangíveis: a. Ágio:</b> O ágio ( <i>goodwill</i> ) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas ( <i>impairment</i> ) adicionalmente quando indicadores de perda no valor recuperável são identificados. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por <i>impairment</i> . Perdas por <i>impairment</i> reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas de alienação de uma entidade não incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. <b>b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:</b> As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado. Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:	

Direito de uso de marcas e licenças  
Licenças de funcionamento

**c. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **d. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, cuja média estimável é de 14,1 anos. **2.13. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)) - na prática, existe uma única UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma proporcional. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.14. Ativos e passivos mantidos para venda:** Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés de seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregados e propriedade para investimentos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizados não são mais amortizados ou depreciados. **2.15. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas

pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor à futura correspondente. **2.16. Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.17. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas à instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade dos valores disponíveis, a taxa é capitalizada em um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.18. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação de valores ou prazos incertos. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25. Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas (Nota 26). Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros são contabilizados aos seus valores presentes conforme CPC 12. **2.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados, líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para impostos de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.20. Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados e diretoria é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratuamente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** O reconhecimento dos benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.21. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Ações em tesouraria:** A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido reconhecido sob o rubrica "Reserva de subvenção governamental". A Companhia considera as condições e obrigações que precisa cumprir. **2.22. Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.24. Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativas dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo, a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

Edificações	Anos
33,0	33,0
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. <b>2.11. Imobilizado:</b> Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado somente, quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:	
Edificações	Anos
Máquinas e equipamentos	33,0
Veículos	4,6
Móveis e utensílios	19,5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinadas pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. <b>2.12. Intangíveis: a. Ágio:</b> O ágio ( <i>goodwill</i> ) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas ( <i>impairment</i> ) adicionalmente quando indicadores de perda no valor recuperável são identificados. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por <i>impairment</i> . Perdas por <i>impairment</i> reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas de alienação de uma entidade não incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. <b>b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:</b> As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado. Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:	

Edificações	Anos
33,6	33,6
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. <b>2.11. Imobilizado:</b> Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado somente, quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:	
Edificações	Anos
Máquinas e equipamentos	33,0
Veículos	4,6
Móveis e utensílios	19,5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinadas pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. <b>2.12. Intangíveis: a. Ágio:</b> O ágio ( <i>goodwill</i> ) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas ( <i>impairment</i> ) adicionalmente quando indicadores de perda no valor recuperável são identificados. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por <i>impairment</i> . Perdas por <i>impairment</i> reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas de alienação de uma entidade não incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. <b>b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:</b> As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado. Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:	

Edificações	Anos
33,6	33,6
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. <b>2.11. Imobilizado:</b> Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado somente, quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:	
Edificações	Anos
Máquinas e equipamentos	33,0
Veículos	4,6
Móveis e utensílios	19,5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. <b>2.11. Imobilizado:</b> Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado somente, quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:	

Edificações	Anos
33,6	33,6
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. <b>2.11. Imobilizado:</b> Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado somente, quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:	
Edificações	Anos
Máquinas e equipamentos	33,0
Veículos	4,6
Móveis e utensílios	19,5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. <b>2.11. Imobilizado</b>	





→ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16 Investimentos**

Os investimentos continuados mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	Data de Constituição	País	Negócio	Participações nas ações/quotas	Tipo de participações
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	17/12/2008	Brasil	Adoçantes/Farma	100%	Direta
My Agência de Propaganda Ltda.	29/11/1999	Brasil	Agência de publicidade	100%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	91,88%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	25%	Direta
Bionovis S.A.	15/07/2010	Brasil	Biotecnologia	8,12%	Indireta
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	15/09/1966	Brasil	Farma	100%	Direta
Simple Organic Beauty S.A.	29/04/2016	Brasil	Dermocosmético de beleza natural	58,33%	Direta
Drogarias Online Agência de Farmácias S.A.	16/04/2021	Brasil	Portal de Internet sobre medicamentos	22,5%	Direta
Mantecorp Participações S.A.	28/09/2016	Brasil	Holding	100%	Direta
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	29/08/2014	Brasil	Dermocosméticos	100%	Direta
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	13/07/2001	Brasil	Dermocosméticos	100%	Indireta
Solana Agropecuária Ltda.	04/11/1981	Brasil	Lavoura	100%	Indireta
Amigotech S.A.	02/07/2021	Brasil	Tecnologia	15%	Direta
MGF Farmácia Magistral Ltda.	10/09/2020	Brasil	Farma	100%	Direta

**a. Movimentação dos Investimentos da Controladora**

	Brainfarma	Cosmed	My Bionovis	Simple Organic	Drogaria	Bio Brands	Mantecorp	MGF	Saldos em 1º de janeiro de 2022
	Custo	Custo	Custo	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Custo
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.687.708	920.621	9.686	47.031	9.633	21.598	8.588	35.595	43.184
Integração de capital	503.163	99.258	-	-	937	-	-	-	259.500
Aumento de capital	32.600	-	-	771	-	-	-	-	14.700
Equivalência patrimonial	235.034	69.737	(395)	27.483	1.741	(4.072)	-	4.472	1.770
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	(309)	599	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber Stock Option/Matching/Restricted	(48.608)	(13.058)	-	(3.562)	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	3.012	219	146	-	-	-	151	(253)	-
Ajustes de períodos anteriores, de equivalência patrimonial	(8.182)	(5.957)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de empresas	-	-	-	(11.208)	-	-	-	(3.654)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(170)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.404.418	1.071.419	9.437	59.744	13.082	21.598	4.516	35.595	66.142

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas, como também no total de seus ativos e passivos:

	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	5.183.405	1.502.742	3.183.559	230.436	235.034
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.393.707	313.675	669.632	65.468	69.738
My Agência de Propaganda Ltda.	9.977	540	4.560	(527)	(395)
Simple Organic Beauty S.A.	33.967	10.734	98.054	4.083	1.741
Mantecorp Participações S.A.	275.174	-	-	1.770	1.770
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	41.891	3.442	19.760	(4.576)	4.472
MGF Farmácia Magistral Ltda.	732	414	364	(468)	(468)
2021	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	3.984.066	1.010.269	2.526.705	81.854	76.831
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.129.659	196.750	442.839	14.590	13.777
My Agência de Propaganda Ltda.	12.180	2.361	4.560	(1.382)	(1.238)
Simple Organic Beauty S.A.	22.963	6.452	31.386	231	134
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	27.221	2.673	2.909	81	429

(\*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício, ajustado pelas operações entre a investidora e suas investidas.

**b. Equivalência patrimonial da Controladora**

	Quantidade de ações 31 de dezembro de 2022	Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022	Participação %	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2022	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2021	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2021
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	2.520.813.692	1.070.872	100%	69.737	1.071.419	13.777	920.621
My Agência de Propaganda Ltda.	22.467.862	9.437	100%	(395)	9.437	(1.238)	9.686
Brainfarma Indústria e Farmacêutica S.A.	1.143.842.353	3.404.418	100%	235.034	3.404.418	76.831	2.687.708
Simple Organic Beauty S.A.	213.993	34.680	58,33%	1.741	34.680	134	31.231
Drogarias Online Agência de Farmácias S.A.	506.250	40.111	22,50%	(4.072)	40.111	(815)	44.183
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	41.872.454	109.421	100%	4.472	109.421	82	90.117
Mantecorp Participações S.A.	272.900.100	275.717	100%	1.770	275.717	-	-
Bionovis S.A.	6.000.000	238.976	25%	27.483	59.744	11.766	47.031
MGF Farmácia Magistral Ltda.	810.000	1.832	100%	(468)	1.832	-	-
		335.302		5.006.779	100.537	3.830.577	200.356

**c. Combinação de negócios: Aquisição Solana:** Em 01 de setembro de 2022, foi concluída a aquisição, pela Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A. (subsidiária da Companhia), do negócio responsável pela produção de matéria-prima relacionada a escopolamina, princípio ativo do medicamento Buscopan, pelo valor total de R\$ 200,3 milhões, através da Solana Agropecuária Ltda., cujo única sócia era a Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda., que alienou a integralidade das suas cotas para a Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A. A Companhia analisou a transação e concluiu que representa uma combinação de negócios. Atualmente, a Companhia segue identificando os ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação, bem como mensurando os valores justos dos mesmos para determinação do ágio da transação. Até 31 de dezembro de 2022, a composição preliminar dos itens e valores são apresentados como segue:

Valor pago em Caixa	200.356
Total da contraprestação em caixa	200.356
Valores justos preliminares de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	2.424
Estoques	6.080
Ativo imobilizado	236.841
Outros ativos	2.674
Imposto de renda e contribuição social diferido	(68.789)
Outros passivos	(4.074)
Total de ativos líquidos identificáveis	175.156
Ágio - preliminar	25.200

**17 Propriedades para investimentos**

Estes imóveis estão registrados a valor justo, compostos substancialmente por terrenos e instalações situados no Cabo de Santo Agostinho - PE.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2021	161.095	154.318
Baixa	(136.600)	(129.867)
Reclassificação de Imobilizado	2.682	2.682
Depreciação	(1.561)	(1.517)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.616	25.616
Custo total	62.704	62.704
Depreciação acumulada	(37.088)	(37.088)
Valor contábil	25.616	25.616
Saldos em 1º de janeiro de 2022	25.616	25.616
Baixa	(3.794)	(3.794)
Reclassificação de Imobilizado	(1.543)	(1.543)
Depreciação	(711)	(711)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.568	19.568
Custo total	57.366	57.366
Depreciação acumulada	(37.798)	(37.798)
Valor contábil	19.568	19.568

**18 Imobilizado**

Controladora	Saldos em 1º de janeiro de 2022	Adições	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2022
<b>Ativos próprios</b>						
Terrenos	2.033	3.514	-	-	(5.547)	3.442
Edificações e benfeitorias	3.516	308	(7.367)	(778)	7.763	75.808
Máquinas equipamentos e Instalações	79.541	2.144	(30)	(6.603)	756	91
Veículos	100	-	-	(9)	-	16.387
Móveis e utensílios	13.199	4.145	(16)	(941)	-	3.395
Outros	1.127	2.558	(1)	(289)	-	99.123
Total em operação	99.516	12.669	(7.414)	(8.620)	2.972	21.054
Imobilização em andamento	10.757	12.107	-	(1.810)	-	120.177
Saldos em 31 de dezembro de 2022	110.273	24.776	(7.414)	(8.620)	1.162	212.054

Controladora	Saldos em 1º de janeiro de 2022	Adições	Baixa	Amortização	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2022
<b>Ativos de direito de uso - arrendamentos</b>						
Terrenos	-	-	-	-	-	93.788
Edificações e benfeitorias	35.312	33.683	(16.072)	(9.437)	-	43.486
Máquinas equipamentos e Instalações	-	16.475	-	(3.585)	-	12.890
Veículos	34.182	47.405	(16.489)	(27.686)	-	37.412
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos Total	69.494	97.563	(32.561)	(40.708)	-	93.788
Valor Contábil	179.767	122.339	(39.975)	(49.328)	1.162	213.965

Controladora	Saldos em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2021
<b>Ativos próprios</b>						
Terrenos	7.091	-	-	-	(5.058)	2.033
Edificações e benfeitorias	3.533	83	-	(355)	255	3.516
Máquinas equipamentos e Instalações	42.274	20.129	(90)	(6.265)	23.493	79.541
Veículos	113	-	-	(13)	-	100
Móveis e utensílios	10.813	3.258	(117)	(775)	20	13.199
Outros	1.350	132	(100)	(287)	32	1.127
Total em operação	65.174	23.602	(307)	(7.695)	28	99.516
Imobilização em andamento (*)	7.582	7.785	-	-	(4.590)	10.757
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.756	31.387	(307)	(7.695)	14.152	110.273

Controladora	Saldos em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixa	Amortização	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2021
<b>Ativos de direito de uso - arrendamentos</b>						
Terrenos	-	-	-	-	-	93.788
Edificações e benfeitorias	28.129	20.470	(3.662)	(9.625)	-	35.312
Máquinas equipamentos e Instalações	-	-	-	-	-	12.890
Veículos	29.671	29.269	(1.833)	(22.925)	-	34.182
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos Total	57.800	49.739	(5.495)	(32.550)	-	69.494
Valor Contábil	130.536	81.126	(5.802)	(40.245)	14.152	179.767

Controladora	Saldos em 1º de janeiro de 2022	Adições	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2022
<b>Ativos próprios</b>						
Terrenos	32.786	219.470	(3.515)	-	(5.546)	243.195
Edificações e benfeitorias	226.027	13.417	(3.861)	(13.898)	55.734	277.419
Máquinas equipamentos e Instalações	1.355.041	217.476	(739)	(63.669)	4.757	1.512.866
Veículos	834	1.357	(48)	(294)	-	1.849
Móveis e utensílios	29.962	15.140	(20)	(2.260)	230	43.052
Outros	26.291	33.734	(8)	(6.642)	4.062	57.437
Total em operação	1.670.941	500.594	(8.191)	(86.763)	59.237	2.135.818
Imobilização em andamento (*)	330.376	282.060	(114)	-	(58.079)	554.243
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.001.317	782.654	(8.305)	(86.763)	1.158	2.690.061

Controladora	Saldos em 1º de janeiro de 2022	Adições	Baixa	Amortização	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2022
<b>Ativos de direito de uso - arrendamentos</b>						
Terrenos	-	-	-	-	-	93.788
Edificações e benfeitorias	58.024	37.544	(16.072)	(10.432)	-	69.064
Máquinas equipamentos e Instalações	-	19.891	-	(4.596)	-	15.295
Veículos	35.799	50.797	(17.022)	(29.544)	-	40.120
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos Total	93.823	108.232	(33.094)	(44.482)	-	124.479
Valor Contábil	2.095.140	890.886	(41.399)	(131.245)	1.158	2.814.540

Ativos próprios	Saldos em 1º de janeiro de 2021	Adições	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Terrenos	20.849	17.063	(68)	-	(5.058)	32.786
Edificações e benfeitorias	238.849	874	(6.665)	(10.171)	3.140	226.027
Máquinas equipamentos e Instalações	931.268	266.508	(16.770)	(60.950)	234.085	1.355.041
Veículos	854	103	(1			



→ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	8ª Emissão Pública	9ª Emissão Pública	10ª Emissão Pública	11ª Emissão Pública	12ª Emissão Pública	13ª Emissão Pública	14ª Emissão Pública	Total
	Série Única	Série Única	1ª e 2ª Série	Série Única	Série Única	1ª, 2ª e 3ª Série	1ª e 2ª Série	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	803.600	2.521.825	748.752	1.023.460	-	-	-	5.097.637
Valor total da emissão	-	-	-	-	500.000	750.000	750.000	2.000.000
Gastos a transcorrer	-	-	-	-	(20.694)	(4.058)	(26.292)	(50.044)
Encargos financeiros	108.115	343.541	103.900	135.895	63.031	28.385	2.561	785.428
Amortização de juros	(103.002)	(303.027)	(86.937)	(116.514)	(32.753)	-	-	(642.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	808.713	2.562.339	765.715	1.042.841	528.738	757.691	748.503	7.214.540
Circulante	169.962	497.641	112.314	44.591	29.810	25.953	1.936	882.207
Não circulante	638.751	2.064.698	653.401	998.250	498.928	731.738	746.567	6.332.333
<b>Custo de transação não realizados</b>	2.521	11.593	5.329	2.223	1.333	35.975	4.046	63.020
Circulante	1.273	5.458	2.053	473	261	2.265	613	12.406
Não circulante	1.248	6.135	3.266	1.750	1.072	33.710	3.433	50.614

Os montantes a longo prazo das debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2022
2024	1.244.359
2025	1.699.481
2026	1.784.616
2027	1.067.541
2028	-
2029	388.010
2030	49.442
2031	49.442
2032	49.442
	6.332.333

**a. Garantia dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022**

	Controladora	Consolidado
Contas a receber - Clientes caucionadas	1.470	2.365
Carta de fiança (*)	304.581	304.581
Imobilizado penhorado	6.932	10.984
	312.983	317.910

(\*) Carta Fiança por um empréstimo junto à FINEP (Contrato nº 0799/13).

**c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	Controladora									
	Empréstimos e financiamentos a pagar	Títulos relacionados	Tributos a recolher	Dividendos e JCP a pagar	Partes relacionadas	Outros passivos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio Líquido	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	7.346.954	45.384	21.013	704.808	-	243.276	(15.360)	52.164	9.826.591	18.224.830
<b>Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento</b>										
Hedge de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	(18.699)	(36.472)	-	(55.171)
Empréstimos Tomados	2.419.817	-	-	-	-	-	-	-	-	2.419.817
Pagamento de empréstimos - principal	(356.710)	(1.913)	(1.154)	-	-	(37.450)	-	-	-	(397.227)
Pagamento de empréstimos - juros	(849.347)	(3.760)	-	-	-	(3.601)	-	-	-	(856.708)
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.003)	(87.003)
Resultado na Venda de Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	84.309	84.309
Mútuos passivos	-	-	-	-	1.907	-	-	-	-	1.907
Dividendos pagos	-	-	-	(806.126)	-	-	-	-	-	(806.126)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento</b>	1.213.760	(5.673)	(1.154)	(806.126)	1.907	(41.051)	(18.699)	(36.472)	(2.694)	303.798
<b>Outras variações</b>										
Baixa	-	-	-	-	-	(38.030)	-	-	-	(38.030)
Adições	-	-	-	-	-	88.242	-	-	-	88.242
Arrendamentos mercantis	-	-	-	-	-	5.350	-	-	-	5.350
Tributos a recolher	-	-	1.682	-	-	-	-	-	-	1.682
Dividendos propostos	-	-	-	779.091	-	-	-	-	-	779.091
Stock option/matching/Restricted	-	-	-	-	-	-	-	-	22.628	22.628
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	956.971	-	-	956.971	956.971
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(50.959)	-	-	(50.959)	(50.959)
Juros apropriados	1.040.402	5.804	225	-	-	9.876	(35.443)	84.088	1.104.952	1.104.952
Empréstimo-aquis. controladas	-	(16.530)	-	-	-	-	-	-	(16.530)	(16.530)
AVJ - Hedge Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	19.421	(84.255)	(64.834)
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	-	-	-	-	(118.859)	(124.577)	(6.718)
AVJ - Hedge Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	19.822	44.245	64.067
Pgto/Recb. Hedge investimentos	-	-	-	-	-	56.846	-	-	56.846	56.846
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.352)	(62.352)
Outros passivos	-	-	-	-	-	120.720	-	-	-	120.720
Provisão - Compra de Ações	-	44.425	-	-	-	-	-	-	(44.425)	-
Juros apropriados - Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	100.436	-	100.436
<b>Total das outras variações relacionadas com passivos</b>	1.040.402	33.699	1.907	779.091	1.907	186.158	9.972	25.555	821.863	2.898.747
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	9.601.116	73.410	21.766	677.773	1.907	388.383	(24.087)	41.347	10.645.760	21.427.375

	Controladora									
	Empréstimos e financiamentos a pagar	Títulos relacionados	Tributos a recolher	Dividendos e JCP a pagar	Partes relacionadas	Outros passivos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio Líquido	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	7.360.987	45.384	81.360	704.808	376.195	-	(29.305)	72.236	9.833.471	18.445.136
<b>Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento</b>										
Hedge de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	(18.699)	(36.472)	-	(55.171)
Empréstimos Tomados	2.419.817	-	-	-	-	-	-	-	-	2.419.817
Pagamento de empréstimos - principal	(365.480)	(1.913)	(1.154)	-	-	(41.004)	-	-	-	(409.551)
Pagamento de empréstimos - juros	(850.957)	(3.760)	(6.029)	-	-	(6.492)	-	-	-	(867.238)
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.003)	(87.003)
Resultado na Venda de Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	84.309	84.309
Dividendos pagos	-	-	-	(806.126)	-	-	-	-	-	(806.126)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento</b>	1.203.380	(5.673)	(7.183)	(806.126)	(47.496)	-	(18.699)	(36.472)	(2.694)	279.037
<b>Outras variações</b>										
Baixa	-	-	-	-	-	(38.574)	-	-	-	(38.574)
Adições	-	-	-	-	-	94.424	-	-	-	94.424
Arrendamentos mercantis	-	-	-	-	-	11.183	-	-	-	11.183
Tributos a recolher	-	-	(5.370)	-	-	-	-	-	-	(5.370)
Dividendos propostos	-	-	-	779.091	-	-	-	-	-	779.091
Stock option/matching/Restricted	-	-	-	-	-	-	-	-	22.628	22.628
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	956.971	-	-	956.971	956.971
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(50.959)	-	-	(50.959)	(50.959)
Juros apropriados	1.043.192	5.804	6.233	-	-	12.563	(35.442)	84.215	1.116.565	1.116.565
Empréstimo-aquis. controladas	-	(16.530)	-	-	-	-	-	-	(16.530)	(16.530)
AVJ - Hedge Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	19.421	(84.376)	(64.955)
AVJ - Hedge Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	(8.269)	(76.173)	(84.442)
Pgto/Recb. Hedge investimentos	-	-	-	-	-	56.846	-	-	56.846	56.846
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(126.439)	(126.439)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.352)	(62.352)
Outros passivos	-	-	-	-	-	151.910	-	-	-	151.910
Aquisição de ações	-	44.425	-	-	-	-	-	-	(44.425)	-
Juros apropriados - Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	100.437	-	100.437
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	2.801	-	2.801
<b>Total das outras variações relacionadas com passivos</b>	1.043.192	33.699	863	779.091	231.506	13.576	15.834	824.664	2.942.425	4.242.425
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	9.607.559	73.410	75.040	677.773	560.205	-	(34.428)	51.598	10.655.441	21.666.598

	Controladora									
	Empréstimos e financiamentos a pagar	Títulos relacionados	Tributos a recolher	Dividendos e JCP a pagar	Partes relacionadas	Outros passivos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio Líquido	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	5.403.470	23.980	29.728	671.654	241.317	-	(79.427)	149.213	9.240.715	15.680.650
<b>Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento</b>										
Hedge de Empréstimos	(4.458)	-	-	-	-	-	(20.984)	3.350	-	(19.876)
Empréstimos Tomados	2.221.183	-	-	-	-	-	-	-	-	2.221.183
Pagamento de empréstimos - principal	(379.643)	(593)	(10.841)	-	-	(29.871)	-	-	-	(420.948)
Pagamento de empréstimos - juros	(291.282)	-	-	-	-	(5.615)	-	-	-	(296.897)
Compra de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(128.666)	(128.666)
Recebimento por alienações de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	18.692	18.692
Mútuos passivos	-	-	-	-	(5)	-	-	-	-	(5)
Dividendos e JCP pagos	-	-	-	(745.936)	-	-	-	-	-	(745.936)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento</b>	1.545.800	(593)	(10.841)	(745.936)	(5)	(35.486)	20.984	3.350	(109.974)	667.299
<b>Outras variações</b>										
Baixa	-	-	-	-	-	(3.918)	-	-	-	(3.918)
Adições	-	-	-	-	-	25.751	-	-	-	25.751
Arrendamentos mercantis	-	-	-	-	-	26.482	-	-	-	26.482
Tributos a recolher	-	-	14.843	-	-	-	-	-	-	14.843
Dividendos propostos	-	-	-	779.090	-	-	-	-	-	779.090
Stock option/matching/Restricted	-	-	-	-	-	-	-	-	13.938	13.938
Ganhos ou perdas de participação em coligadas/controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(75)	(75)
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	567.097	-	-	567.097	567.097
Reversão reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	(40.070)	-	-	(40.070)	(40.070)
Juros apropriados	397.684	(12.717)	-	-	5	(5.273)	-	37.035	416.734	416.734
Empréstimo-aquis. controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AVJ - Hedge Empréstimos	-	21.490	-	-	-	-	-	-	21.490	(4.099)
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	-	-	-	-	8.384	(12.483)	(4.099)
AVJ - Hedge Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	7.245	(67.115)	(60.870)
Pgto/Recb. Hedge investimentos	-	-	-	-	-	262.633	-	-	(148.665)	113.968
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	154.960	154.960
Outros passivos	-									



→ \* continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(26) Provisão para contingências passivas**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências.

Plano	Programa	Carência	Preço exercício		Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto		Custo total estimado
			original	exercido				em aberto	outorga (em Reais)	
Plano II	2010 06/08/2011	20,21	28,41	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492	
Plano II	2010 06/08/2012	20,21	28,41	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679	
Plano II	2010 06/08/2013	20,21	28,41	640.000	90.000	390.000	160.000	5,22	835	
Plano II	2010 06/08/2014	20,21	28,41	460.000	90.000	210.000	160.000	6,02	964	
Plano II	2010 06/08/2015	20,21	28,41	460.000	90.000	210.000	160.000	6,79	1.086	
				<b>2.600.000</b>	<b>415.000</b>	<b>1.410.000</b>	<b>775.000</b>		<b>4.056</b>	
Plano II	2011 01/02/2012	19,26	25,54	740.000	421.552	280.565	37.883	0,95	36	
Plano II	2011 01/02/2013	19,26	25,54	740.002	421.554	280.566	37.882	1,75	66	
Plano II	2011 01/02/2014	19,26	25,54	759.482	421.554	300.046	37.882	2,52	95	
Plano II	2011 01/02/2015	19,26	25,54	730.258	421.554	270.822	37.882	3,26	124	
Plano II	2011 01/02/2016	19,26	25,54	730.258	421.554	270.822	37.882	3,98	151	
				<b>3.700.000</b>	<b>2.107.768</b>	<b>1.402.821</b>	<b>189.411</b>		<b>472</b>	
Plano III	2017 01/04/2018	28,93	28,93	525.000	140.000	45.000	340.000	2,39	813	
Plano III	2017 01/04/2019	28,93	28,93	525.000	22.000	55.000	448.000	3,78	1.693	
Plano III	2017 01/04/2020	28,93	28,93	525.000	10.000	55.000	460.000	4,82	2.216	
Plano III	2017 01/04/2021	28,93	28,93	525.000	—	65.000	460.000	5,53	2.543	
Plano III	2017 01/04/2022	28,93	28,93	525.000	—	65.000	460.000	5,91	2.720	
				<b>2.625.000</b>	<b>172.000</b>	<b>285.000</b>	<b>2.168.000</b>		<b>9.985</b>	
				<b>8.925.000</b>	<b>2.694.768</b>	<b>3.097.821</b>	<b>3.132.411</b>		<b>14.513</b>	

Plano	Programa	Carência	Preço exercício		Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto		Custo total estimado
			original	exercido				em aberto	outorga (em Reais)	
Plano II	2010 06/08/2011	20,21	28,41	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492	
Plano II	2010 06/08/2012	20,21	28,41	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679	
Plano II	2010 06/08/2013	20,21	28,41	640.000	90.000	390.000	160.000	5,22	835	
Plano II	2010 06/08/2014	20,21	28,41	460.000	90.000	210.000	160.000	6,02	964	
Plano II	2010 06/08/2015	20,21	28,41	460.000	90.000	210.000	160.000	6,79	1.086	
				<b>2.600.000</b>	<b>415.000</b>	<b>1.410.000</b>	<b>775.000</b>		<b>4.056</b>	
Plano II	2011 01/02/2012	19,26	25,54	740.000	421.552	280.565	37.883	0,95	36	
Plano II	2011 01/02/2013	19,26	25,54	740.002	421.554	280.566	37.882	1,75	66	
Plano II	2011 01/02/2014	19,26	25,54	759.482	421.554	300.046	37.882	2,52	95	
Plano II	2011 01/02/2015	19,26	25,54	730.258	421.554	270.822	37.882	3,26	124	
Plano II	2011 01/02/2016	19,26	25,54	730.258	421.554	270.822	37.882	3,98	151	
				<b>3.700.000</b>	<b>2.107.768</b>	<b>1.402.821</b>	<b>189.411</b>		<b>472</b>	
Plano III	2017 01/04/2018	28,93	28,93	525.000	140.000	45.000	340.000	2,39	813	
Plano III	2017 01/04/2019	28,93	28,93	525.000	22.000	55.000	448.000	3,78	1.693	
Plano III	2017 01/04/2020	28,93	28,93	525.000	10.000	55.000	460.000	4,82	2.216	
Plano III	2017 01/04/2021	28,93	28,93	525.000	—	65.000	460.000	5,53	2.543	
Plano III	2017 01/04/2022	28,93	28,93	525.000	—	65.000	460.000	5,91	2.720	
				<b>2.625.000</b>	<b>172.000</b>	<b>285.000</b>	<b>2.168.000</b>		<b>9.985</b>	
				<b>8.925.000</b>	<b>2.694.768</b>	<b>3.097.821</b>	<b>3.132.411</b>		<b>14.513</b>	

**Total do Stock Option**  
(ii) **Plano de Concessão de ações em regime de Matching:** Foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, os Programas de Opção de Compra de Ações (nas datas de 23 de fevereiro de 2018, 21 de fevereiro de 2019 e 23 de março de 2021) regime de Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017, PPR 2018, PPR 2019 e PPR 2020 a 2025 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance"), o prazo de carência de 1 ano para até 25% das opções outorgadas, 2 anos para até 50%, 3 anos para até 75%, 4 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de no mínimo, 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais. O total do Programa do Plano Matching 2017 tem custo estimado de R\$ 11.493 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2019, com a quantidade total estimada de 314.546 ações. O total do Programa do Plano Matching 2018 tem custo estimado de R\$ 5.674 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2020, com a quantidade total estimada de 211.887 ações. O total do Programa do Plano Matching 2019 tem custo estimado de R\$ 11.044 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2021, com a quantidade total estimada de 317.816 ações. O total do Programa do Plano Matching 2020 tem custo estimado de R\$ 14.560 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2022, com a quantidade total estimada de 458.164 ações. O total do Programa do Plano Matching 2021 tem custo estimado de R\$ 21.294 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2023, com a quantidade total estimada de 616.884 ações. O total do Programa do Plano Matching 2022 tem custo estimado de R\$ 32.997 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2024, com a quantidade total estimada de 916.597 ações. (iii) **Plano de Outorga de Ações Restritas:** Em AGE's realizada em 14 de abril de 2016 e aditada em 19 de abril de 2018 e em 24 de abril de 2019, foram aprovados os Planos de Outorga de Ações Restritas, que tem por objetivo permitir a outorga de direitos em receber as Ações Restritas aos colaboradores elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, com vistas a atrair e reter executivos da Companhia. O Programa de Ações Restritas Outorga 2018 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2019, tem custo estimado de R\$ 38.117, com a quantidade total estimada de 1.470.000 ações. O Programa de Ações Restritas Outorga 2019 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2020, tem custo estimado de R\$ 33.646, com a quantidade total estimada de 1.315.000 ações. O Programa de Ações Restritas Outorga 2019 representado por 1 tranche única, prevista para 2023, tem custo estimado de R\$ 1.010, com a quantidade total estimada de 49.000 ações. O Programa de Ações Restritas Outorga 2019 representado por 1 tranche única, prevista para 2024, tem custo estimado de R\$ 8.574, com a quantidade total estimada de 416.000 ações. O Programa de Ações Restritas Outorga 2020 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2021, tem custo estimado de R\$ 3.666, com a quantidade total estimada de 125.000 ações. O Programa de Ações Restritas Outorga 2021 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2022, tem custo estimado de R\$ 28.759, com a quantidade total estimada de 1.000.000 ações. O Programa de Ações Restritas Outorga 2022 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2023, tem custo estimado de R\$ 7.932, com a quantidade total estimada de 240.000 ações. **d. Ações em tesouraria:** As movimentações das ações em tesouraria ocorreram conforme o quadro abaixo:

Quantidade	Valor
2.699.242	81.350
2.830.000	131.673
(4.005.891)	(125.889)
1.523.351	87.134

**Movimentação das Contingências**

	Controladora				
	2021	Atualizações monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos
Cível	16.706	1.400	475	(67)	(9.533)
Trabalhista	120.372	11.203	18.963	(16.191)	(33.877)
Tributária	49.088	2.121	601	—	(448)
Administrativas/outras	3.547	379	405	(449)	(381)
Responsabilidade de ex-proprietários	5.604	663	2.590	(1.244)	(3.108)
	198.317	15.766	23.034	(17.951)	(47.347)
Depósitos judiciais	(31.606)	(2.852)	(12.409)	6.800	7.635
	166.711	12.914	10.625	(11.151)	(39.712)

(a) As adições referem-se a 95 novos processos trabalhistas, as reversões referem-se a 123 processos trabalhistas e os pagamentos referem-se a 173 processos trabalhistas.

(b) As adições referem-se a processos cuja responsabilidade são de ex-acionistas. Nestes casos a Companhia registra a obrigação de pagamento de causas e registra um ativo a ser reembolsado pelos ex-proprietários por ocasião do pagamento da contingência.

**a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios**

Quadro resumo das principais contingências:

	Trabalhista/Cível/Administrativo e Outras		Tributária		Total
	Provável	Possível	Provável	Possível	
Mabesa	—	—	—	753	753
Mantecorp	11.432	61	1.369	32.819	45.681
	11.432	61	1.369	33.572	46.434

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas. O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 46.434, sendo R\$ 61 referente a processos trabalhistas, R\$ 11.432 referente a processos civis, R\$ 34.941 referente a processos tributários. (i) **Cível:** São 3 processos, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 11.432. Em 26 de junho de 2009 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 11.171, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável. (ii) **Trabalhista:** São 2 processos, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo valor justo na combinação de negócios está estimado em R\$ 61. (iii) **Tributária:** São aproximadamente 11 processos substancialmente relacionados a recolhimento do ICMS sobre importação de mercadorias, dos quais 6 decorreram da aquisição da Mabesa e 5 da Mantecorp Indústria Química, cujos valores justos na combinação de negócios foram estimados em R\$ 34.941. **b. Contingências possíveis:** A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, civis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

	Controladora			
	2022	2021	2022	2021
Cível	59.780	62.052	62.330	64.184
Trabalhista	365.620	442.333	379.142	451.170
Tributária	107.823	121.016	124.563	136.400
Administrativas/outras	1.618	2.892	2.386	3.401
Responsabilidade de ex-proprietários	374.321	491.074	537.235	647.170
	909.162	1.119.367	1.105.656	1.302.325

(i) **Cível:** No ano de 2009 o Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Cível Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo. Foi proferida sentença que julgou extinto o processo e, atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. No ano de 2014 o Município de Caxias do Sul ajuizou Ação Cível Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase de instrução. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. No ano de 2020 o Município de Londrina ajuizou Ação Cível Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase inicial. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. (ii) **Trabalhista:** A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 379.142 (R\$ 451.170 em 31 de dezembro de 2021). Nestes processos discutem-se horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos. Destes processos trabalhistas, há 20 decorrentes da aquisição da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 25.158 (R\$ 36.167 em 31 de dezembro de 2021), nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória. (iii) **Tributária:** A Companhia e sua controlada Cosmed buscam por meio de Mandados de Segurança o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09; e (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ. Tendo em vista a existência de jurisdição divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a Companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 79.124, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente aos processos se encontra depositado judicialmente. Os processos aguardam exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizados pela Companhia. Em razão da jurisprudência do STF promulgada no ADI 4.397, a Companhia alterou a probabilidade de perda das ações que discutem o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT de possível para provável, resultando em um aumento de suas provisões no valor de R\$ 34.926, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente aos processos se encontra depositado judicialmente. A Companhia, suportada por experts internos e externos, acredita que todos os procedimentos adotados quanto as apurações de seus tributos estão de acordo com a legislação vigente e aplicável ao assunto, bem como aceitos pelos tribunais. Contudo, por se tratar de matérias sujeitas a grande grau de subjetividade, é possível que essa avaliação venha a se alterar no futuro por fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência ou em regulamentos tributários, sendo possível que as autoridades administrativas não concorram com um ou mais destes procedimentos. (iv) **Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários:** O Estado de São Paulo ajuizou ação cível pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$ 243.605 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução. Quando aplicável, a Companhia efetua o pagamento de causas e busca o reembolso dos ex-proprietários (Nota 14).

**(27) Capital social e reservas**

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 24 de janeiro de 2011. O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.478.126 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 4.478.126), representado por 633.420.823 (em 31 de dezembro de 2021 - 633.420.823) ações ordinárias. **b. Ágio na emissão de ações:** Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassa a importância destinada à formação do capital social. **c. Pagamentos baseados em ações:** (i) **Opção de compra de ações:** Os planos de opções de compra de ações têm como objetivo de atrair e reter executivos da Companhia em percentual de diluição de até 6% do capital social. As transações com pagamento baseado em ações podem ocorrer entre a Companhia e suas controladas. **Modelo de precificação das opções:** Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas: • As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia. • Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições. • Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano. • Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários. A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções europeias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários. Foram aprovados em AGE's os Planos II em 29 de dezembro de 2008 e III em 10 de outubro de 2011 que contemplam os Programas de Opção de Compra de Ações, aprovados em PCA's nas seguintes datas:

**Reuniões do Conselho de Administração - RCA**

	Plano II
Programa 2009	17 de dezembro de 2009
Programa 2010	06 de agosto de 2010
Programa 2011	02 de fevereiro de 2011
	Plano III
Programa 2011	26 de dezembro de 2011
Programa 2013	03 de maio de 2013
Programa 2014	21 de fevereiro de 2014
Programa 2014-A	30 de dezembro de 2014
Programa 2017	11 de abril de 2017

O prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%. **Total de opções outorgadas:** O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de 4,12% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

Plano	Programa	Carência	Preço exercício		Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto		Custo total estimado
			original	exercido				em aberto	outorga (em Reais)	
Plano II	2010 06/08/2011	20,21	30,78	520.000	190.000	330.000	—			



→ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b. Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumenta o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

	2022			2021		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro						
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.706.452	(8.053)	1.698.399	1.617.749	(287.444)	1.330.305
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	632.211	632.211	632.211	631.969	631.969	631.969
Lucro por ação diluído por ação (milhares)	6.892	6.892	6.892	7.564	7.564	7.564
Lucro diluído por ação (milhares)	632.211	632.211	632.211	639.532	639.532	639.532
Lucro diluído por ação	2.67007	(0.01260)	2.65747	2.52958	(0.44946)	2.08012

(i) Segue abaixo a composição dos valores dos pagamentos baseados em ações:

	2022
Stock Option	3.133
Valor estimado Plano Machting	1.973
Plano Restricted	1.786
	6.892

### 31) Transações com partes relacionadas

A Companhia é uma empresa de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 e possui Acordo de Acionistas celebrado em 23 de junho de 2010, e posteriormente aditado em 16 de março de 2016, 24 de outubro de 2016, 26 de julho de 2017 e 09 de junho de 2020, cujos principais signatários são o Sr. João Alves de Queiroz Filho, que detém 21,38% do capital social da Companhia, e a Maiorem S.A. de C.V., que detém 14,74%. Os demais signatários do Acordo de Acionistas detêm 0,12% do capital social da Companhia e os 63,76% remanescentes são detidos por diversos outros acionistas. **Transações e saldos:** Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais às de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. No caso, tanto a Cosmed quanto a Brainfarma produzem e vendem praticamente toda a produção para a Hypera comercializar no mercado. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e alugueis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do Grupo estão demonstradas abaixo: O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido pelo índice IGP-M - FGV e o prazo de vencimento é de 02 de maio de 2025, podendo ser renovado de acordo com a vontade das partes, mediante termo aditivo.

#### a.1. Nos ativos e passivos

	Controladora				
	Outros valores a receber	Indenização de Acionistas	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar
Partes relacionadas					
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.			(104.605)		(1.908)
My Agência Propaganda Ltda.	5				
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	5.634		(639.351)		
Megatelecom Telecomunicações S.A.	20			(74)	
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.			(7)		
João Alves de Queiroz Filho		158.258			
<b>Total</b>	<b>5.659</b>	<b>158.258</b>	<b>(743.963)</b>	<b>(74)</b>	<b>(1.908)</b>

#### Partes relacionadas

Megatelecom Telecomunicações S.A.  
João Alves de Queiroz Filho

	Controladora				
	Outros valores a receber	Indenização de Acionistas	Fornecedores	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Partes relacionadas					
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	533		(123.547)		(1)
My Agência Propaganda Ltda.	11				
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	5.845		(666.796)	(8.192)	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	16			(65)	
João Alves de Queiroz Filho		97.414			
<b>Total</b>	<b>6.405</b>	<b>97.414</b>	<b>(790.343)</b>	<b>(8.257)</b>	<b>(1)</b>

#### Partes relacionadas

Megatelecom Telecomunicações S.A.  
João Alves de Queiroz Filho

	Controladora				
	Outros valores a receber	Indenização de Acionistas	Fornecedores	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Partes relacionadas					
Megatelecom Telecomunicações S.A.	16			(85)	
João Alves de Queiroz Filho		105.662			
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>105.662</b>		<b>(85)</b>	

#### a.2. No resultado do exercício

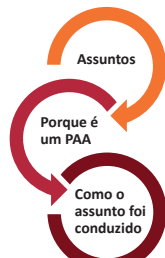
	Controladora				
	Compras de mercadorias/produtos	Transações de Receitas de alugueis	(Despesas)/Receitas diversas de Publicidade de arrendamento	Serviços Prestados financeiros	Despesas Receitas financeiras
Partes relacionadas					
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(666.544)				
My - Agência Propaganda Ltda.		(4.580)			
TV Serra Dourada Ltda.		(2.197)			
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	(3.138.036)				
Megatelecom Telecomunicações S.A.		361		(447)	
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.					
João Alves de Queiroz Filho					6.748
<b>Total</b>	<b>(3.804.580)</b>	<b>361</b>	<b>(6.777)</b>	<b>(447)</b>	<b>6.748</b>

## Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário para o Exercício de 2022

**Introdução:** O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Hypera S.A. ("Hypera Pharma" ou "Companhia"), constituído em 22 de julho de 2016, tem como principais responsabilidades (i) supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia; (ii) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (iii) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. **Responsabilidades:** A Administração é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras da Hypera Pharma assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe também à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. A Auditoria Interna da Companhia tem como atribuições avaliar os principais riscos a que a Companhia está exposta e os controles utilizados na mitigação desses riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Administração, inclusive aqueles voltados para elaboração das demonstrações financeiras. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e deve confirmar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hypera Pharma em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. O cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo CAE baseiam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e controles internos nos diversos segmentos da Companhia,

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Hypera S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Hypera S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Hypera S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hypera S.A. e da Hypera S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Descumprimento de normas, leis e regulamentos (Nota 32 (a)):** Conforme descrito na Nota 32 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de maio de 2022, a Companhia celebrou acordo de leniência com a Controladora Geral da União ("CGU") e a Advocacia Geral da União e se obrigou ao pagamento de aproximadamente R\$ 110 milhões, que será integralmente reembolsado pelo acionista co-controlador da Companhia. Adicionalmente, a Companhia se comprometeu a continuar cumprindo com o plano de desenvolvimento de seu Programa de Integridade, a ser acompanhado pelo prazo de 18 meses pela CGU. Em virtude da investigação conduzida pelo Ministério Público Federal durante o exercício de 2018, com medidas determinadas pelo Poder Judiciário, no contexto da denominada "Operação Tira-Teima" que versava sobre atos decorrentes e/ou relacionados com acordos de colaboração premiada celebrados pelo ex-diretor de Relações Institucionais da Companhia e que confirmou o pagamento de despesas indevidas entre 2013 e 2016, o Conselho de Administração deliberou em 2018, entre outros temas, pela constituição de um Comitê Especial Independente que coordenou uma investigação visando a apuração de fatos, com o apoio de especialistas independentes. A investigação foi concluída em 2020 e indicou que foram realizados pagamentos comprovadamente indevidos pela Companhia, os quais também foram reembolsados pelo acionista co-controlador da Companhia e pelo ex-administrador, em exercícios anteriores. A Companhia colaborou com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes com o apoio de assessores especializados e trabalhou na implementação de ações recomendadas pelo Comitê Independente. As conclusões obtidas em conexão com o processo interno realizado pela Companhia resultaram na celebração do referido acordo de leniência em 31 de maio de 2022. Os valores ainda em aberto a pagar ao CGU e a serem reembolsados pelo acionista co-controlador, de R\$ 110 milhões, estão apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, nas rubricas Outros ativos e Outros passivos, respectivamente. Esse tema permaneceu como um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão das discussões e conclusões ocorridas, inerentes aos processos de investigações dessa natureza e que foram particularmente significativas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos a leitura das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração em resposta às alegações objeto da investigação conduzida no contexto da Operação "Tira-Teima". Com o apoio de nossos especialistas forenses, efetuamos reuniões com o Comitê Especial Independente formado para coordenar a investigação interna dos fatos, assim como com os especialistas independentes contratados, com o objetivo de entender o escopo, a extensão, a metodologia e o andamento da investigação, bem como inspecionamos, com base em testes, evidências relacionadas aos trabalhos executados. Nos reunimos, também, com o Comitê de Auditoria e com a administração da Companhia para entender as respostas à investigação independente e o estágio de celebração de acordos com as autoridades competentes após a investigação conduzida pelo Poder Judiciário, bem como obtivemos carta de representação dos advogados que acompanham essa investigação. Observamos os procedimentos e controles de conformidade (*compliance*) implementados pela Companhia, incluindo o canal de denúncias, discutindo o tratamento dado a indícios de descumprimento de normas, leis, regulamentos ou políticas da Companhia. Com o apoio de nossos especialistas forenses realizamos a leitura do acordo de leniência celebrado em 31 de maio de 2022. Discutimos com a administração da Companhia, seus consultores jurídicos e com o Comitê de Auditoria sobre suas conclusões a respeito dos impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia gerados pelo acordo de leniência. Consideramos que os registros contábeis realizados e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas. **Porque é um PAA: Tributos a recuperar e diferidos e contingências fiscais, tributárias e trabalhistas (Notas 3, 13, 23 e 26):** Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercícios estão as realizações dos créditos tributários e as estimativas relacionadas com as contingências fiscais, tributárias e trabalhistas. Esses processos normalmente são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos em função da legislação. Algumas leis e regulamentos têm também elevado grau de complexidade e, portanto, a mensuração, o reconhecimento e as divulgações relacionadas aos riscos e/ou, em certos casos, a aderência às leis e regulamentos, envolvem interpretação. Portanto, a decisão de reconhecimento de um ativo ou passivo e as suas correspondentes bases de mensuração ou, ainda, as divulgações de riscos consideram exercício de julgamento crítico da administração, a partir de posições de seus consultores jurídicos internos e externos. Pelas razões acima, esse tema permaneceu como um dos principais assuntos de nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos procedimentos para a contabilização e divulgação dos temas em notas explicativas. Com o apoio de nossos especialistas, efetuamos testes inspecionando documentação base de transações e projeções de lucratividade futuras, solicitamos e obtivemos a confirmação dos principais processos diretamente com os advogados que patrocinam as causas e com o departamento jurídico interno, a fim de confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor envolvido. Para selecionadas causas, solicitamos opiniões de assessores jurídicos e discutimos a razoabilidade dos prognósticos. Observamos que os critérios adotados pela administração para determinação dos créditos tributários e das provisões e divulgações em notas explicativas estão consistentes com documentos recebidos e com a posição dos advogados e do departamento Jurídico da Companhia. **Porque é um PAA: Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Notas 3 e 19):** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de marcas e patentes e os ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas montam a R\$ 10.097.993 mil, o que corresponde a cerca de 43% dos ativos totais das demonstrações financeiras consolidadas. O valor recuperável desses ativos foi determinado pelo valor em uso, cuja recuperação é baseada em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com inerente alto grau de julgamento. Entre os pressupostos que mais impactam as projeções estão o crescimento das vendas com marcas existentes, os investimentos necessários para implementação dos planos e a taxa de desconto utilizada. Esse assunto permaneceu como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância dos valores, associada a fatos como a definição de unidades geradoras de caixa e os necessários julgamentos da administração



sendo respeitadas também as trocas de opiniões e ideias entre os membros do CAE e da PwC. **Atividades do CAE:** No decorrer do ano de 2022 e até a presente data, o CAE em conjunto com a PwC elaborou plano de trabalho da Companhia e reuniu-se em 6 ocasiões, com os seguintes objetivos: i. Discussão e análise das principais práticas contábeis utilizadas na preparação e elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e do balanço anual; ii. Discussão dos pontos de atenção ou melhoria observados no decorrer dos trabalhos de Auditoria Externa relativamente a controles internos e a aspectos contábeis; iii. Análise do resultado dos trabalhos das áreas de *Compliance* e *Gestão de Riscos*; iv. Análise do resultado dos trabalhos das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos; e v. Acompanhamento dos trabalhos de elaboração das informações trimestrais e demonstrações financeiras referentes ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Conclusão:** O CAE com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e, portanto, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Ademir José Scarpin  
Hugo Barreto Sodré Leal

Maria Carolina Ferreira Lacerda  
João Martinez Fortes Junior

na definição de premissas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Entre outros procedimentos, e com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação de negócios, testamos a precisão matemática das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e informações e dados públicos e/ou de acesso limitado no mercado. Também comparamos projeções realizadas no ano anterior com o resultado apurado subsequentemente para observar a efetividade das projeções e do modelo desenvolvido. Revisamos, também, a análise de sensibilidade para os pressupostos mais significativos, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

PwC

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP001610/O-5

GoIânia, 16 de fevereiro de 2023

Marcos Magnusson de Carvalho  
Contador - CRC 1SP215373/O-9

## A Administração

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 23/02/2023  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/23/HYPERA1567828523022023.pdf  
Hash: 1677105961392b60591b844278ba886141fde1fd58

## Contador

Eurico José Ferreira - CRC 1GO 6.692 "S" SP

continua →



→★ continuação

## Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Hypera S.A. ("Companhia"), declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, emitido nesta data.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

**Breno Toledo Pires de Oliveira**  
Diretor Presidente Executivo (CEO)

**Adalmario Ghovatto Satheler do Couto**  
Diretor de Relações com Investidores (DRI)

**Ramon Sanches Frutuoso Silva**  
Diretor

**Luiz Eduardo Sales Clavis**  
Diretor

**Juliana Aguinaga Damião Salem**  
Diretora

## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Hypera S.A. ("Companhia") declara que: (i) revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ("DFP"); e (ii) revisou, discutiu e concordou com o DFP, nos termos da lei e do estatuto social da Companhia.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

**Breno Toledo Pires de Oliveira**  
Diretor Presidente Executivo (CEO)

**Adalmario Ghovatto Satheler do Couto**  
Diretor de Relações com Investidores (DRI)

**Ramon Sanches Frutuoso Silva**  
Diretor

**Luiz Eduardo Sales Clavis**  
Diretor

**Juliana Aguinaga Damião Salem**  
Diretora

## Parecer do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Hypera S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, entenderam que os referidos resultados, examinados à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período, e que estão em condições de serem divulgadas pela Companhia.

**Mauro Stacchini Junior**

**Roberto Daniel Flesch**

**Marcelo Curti**

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 23/02/2023  
A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/23/HYPERA1567828523022023.pdf>

Hash:1677105961392b60591b844278ba886141fde1fd58